

O MODERNO E O TRADICIONAL EM FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL, DE CELSO FURTADO

*THE MODERN AND THE TRADITIONAL IN FORMAÇÃO ECONÔMICA DO
BRASIL, CELSO FURTADO*

Julio Cesar Zorzenon Costa*
jczorzenon@uol.com.br

RESUMO: Este artigo discute as análises elaboradas por Celso Furtado, em seu livro, *Formação Econômica do Brasil*, a respeito das economias açucareira e mineradora, no Brasil colonial. Procura argumentar que, embora interprete essas duas economias por meio de uma abordagem dual-estruturalista e as vincule à problemática do subdesenvolvimento brasileiro, o autor aponta que essas economias apresentaram potencialidades diferentes na indução de um possível desenvolvimento econômico, relacionadas à capacidade de gerar um mercado interno na colônia. Com essas análises, o autor reforça a importância dos estudos históricos como forma de se alcançar o desenvolvimento econômico.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Moderna; Economia Tradicional; Mercado Interno.

ABSTRACT: This article argues the analyses performed by Celso Furtado in his book *Formação Econômica do Brasil* as regards sugar and mining economic activities. It attends to argue that, although he interprets these two activities by means of a dual-structuralist approach and links them with the problematic of the Brazilian underdevelopment the author points out that they have presented different potentialities in the induction of a possible economic development related to the capacity to create a domestic market in the colony. With these analyses the author reinforces the importance of the historical studies as a way of reaching economic development.

KEY-WORDS: Modern Economy; Traditional Economy; Domestic market.

Introdução

Já é bastante discutida, difundida e aceita a ideia de que a produção intelectual e teórica de Celso Furtado, que emergiu na década de 1950, como desdobramento dos estudos da CEPAL, caracteriza-se pelo pioneirismo na formulação e desenvolvimento

* Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Professor de História Econômica da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Enviado em: 10/05/2012. Aceito em: 29/07/2012.

de uma abordagem teórico e metodológica “Histórico-Estrutural”. Isso deve-se ao fato de que para Furtado, assim como para a própria CEPAL, nas viradas das décadas de 1940/1950, a possibilidade de compreensão da problemática do desenvolvimento na América Latina, e no Brasil em particular, só poderia ser alcançada se resultasse de um rompimento com a tradição analítica, dominante na época – e, talvez, ainda hoje -, herdada da teoria das Vantagens Comparativas, com a conseqüente construção de uma teoria econômica adequada à nossa realidade capitalista periférica⁶.

Neste sentido, encontra-se presente em suas obras a idéia de que o subdesenvolvimento não deveria ser compreendido como um estágio, como uma espécie de antecâmara do desenvolvimento, que seria superado pela disseminação mecânica do desenvolvimento do capitalismo mundial, a partir da fixação de uma vocação econômica que inseriria os diferentes países em diferentes especializações na chamada divisão internacional do trabalho⁷.

Para Furtado, o subdesenvolvimento latino-americano e brasileiro era fruto de uma situação histórica particular, resultado da inserção subordinada de suas economias numa divisão internacional do trabalho que se constituiu a partir dos processos europeus de expansão marítimo-comercial e de colonização, nos séculos XVI e XVII, e que ganhou maiores dimensões a partir da consolidação do capitalismo industrial, em fins do século XVIII, com a Revolução Industrial.

Na divisão internacional do trabalho, os países constituintes da América Latina especializaram-se na produção de alguns poucos produtos primários de exportação, enquanto os países centrais especializaram-se na produção e exportação de produtos manufaturados. Tal relação, ao estabelecer um mecanismo desigual de trocas, provocou, historicamente, a deterioração dos termos de intercâmbio em prejuízo dos países periféricos e converteram-se em processos de apropriação do excedente econômico, gerados nas economias periféricas, em favor das economias dos países centrais.

A manutenção desse esquema, longe de beneficiar, como se afirmava, as economias periféricas pelos ganhos de produtividade mais acelerados das economias centrais industrializadas, que se refletiria numa baixa constante dos preços das

⁶ Ver: MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1984, p.35

⁷ BIELSCHOWSKY, RICARDO. **O pensamento econômico brasileiro – 1930 – 1964**. 3 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 138

mercadorias industriais, aumentava, ainda mais, as disparidades econômicas entre as nações desenvolvidas e subdesenvolvidas. Tal fato decorria, fundamentalmente, das características “reflexas” das economias primário-exportadoras latino-americanas, que possuíam a sua dinâmica condicionada pela demanda externa. Nesse caso, as economias primário-exportadoras não eram capazes de implementar um processo de desenvolvimento autopulsionado e sofriam com as crises e flutuações das economias centrais, mesmo que não tivessem participado para a eclosão das mesmas.

Ainda: por terem o seu crescimento econômico atrelado à demanda externa, as economias primário-exportadoras latino-americanas apresentavam uma característica dual, ou seja, encontravam-se divididas em dois setores: o moderno e o arcaico ou tradicional. O setor moderno era o voltado à exportação e o arcaico era o representado pela produção de subsistência e por outras atividades econômicas voltadas a atender o setor exportador.

Por ter sua dinâmica subordinada à demanda externa e por se submeter às constantes deteriorações dos termos de intercâmbio, com a conseqüente apropriação de seu excedente por parte das economias centrais, o setor moderno-exportador tinha pouca capacidade de induzir internamente a diversificação das estruturas econômicas, sendo responsável, quando muito, pela possibilidade de desenvolvimento de atividades acessórias – inclusive industriais - de características tradicionais e com baixa produtividade.

O setor tradicional, por seu turno, por apresentar uma dinâmica própria, converteu-se muitas vezes em obstáculo para um maior desenvolvimento do setor moderno. Tal situação ocorria pela incapacidade do setor tradicional em gerar mercado interno e, também, excedentes agrícolas que abastecessem de forma regular o setor moderno, gerando aumento constantes nos preços de suas mercadorias. Como tais mercadorias dirigiam-se, sobretudo, a fornecer os meios necessários à reprodução da força de trabalho – tanto da urbana quanto da empregada no setor moderno -, a estruturação do setor tradicional, ao não favorecer o rebaixamento salarial, implicava dificuldades para os processos de formação de capital no setor moderno. Instaurando um mecanismo fundamental na teorização furtadiana: a chamada inflação estrutural⁸.

⁸ Ver OLIVEIRA, Francisco. **Celso Furtado**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, no. 33. São Paulo: Ática, 1983, p. 8 e 9.

A solução para o problema da condição de subdesenvolvimento das economias latino-americanas e, em particular, da brasileira seria, portanto, a industrialização⁹. Tal industrialização, que seria sustentada e dinamizada pela expansão do mercado interno, assumiria, simultaneamente, a função sustentadora e dinamizadora do próprio mercado interno. Dessa forma, a industrialização converter-se-ia em fator de deslocamento do centro dinâmico da economia, fazendo com que esta se voltasse a atender faixas internas de demanda e não mais se organizasse num sentido de “crescimento para fora”.

Devido às características históricas e ao caráter reflexo das economias latino-americanas e, em particular, da brasileira, o processo de industrialização não seria alcançado apenas pelo livre jogo das forças de mercado. Deveria ser impulsionado e amparado pelo Estado, por meio de uma ação consistente, via planejamento econômico. Ao planejamento econômico caberia a atribuição da determinação das políticas necessárias à superação dos “vícios estruturais” que nos aprisionam na condição de subdesenvolvimento. Daí, a importância da análise histórica. Seria a História o instrumento da percepção dos condicionantes estruturais do subdesenvolvimento, que poderiam, e deveriam, ser equacionados e atacados pela ação consistente e racionalizadora do planejamento econômico.

Podemos afirmar que esta tarefa, a de utilizar a História como fator de esclarecimento dos obstáculos estruturais para o alcance do desenvolvimento econômico, foi a que Celso Furtado se impôs ao escrever o seu, já clássico livro, **Formação econômica do Brasil**. Nessa obra – que recebeu, de Ricardo Bielschowsky, a elogiosa menção de “*obra prima do desenvolvimentismo brasileiro*”¹⁰ -, Celso Furtado procura, além da compreensão de nossa história econômica, empreender a análise dos fatores determinantes do subdesenvolvimento brasileiro.

Assim, nas três primeiras partes do seu livro – que são, para os efeitos desse trabalho, as que nos interessam mais diretamente - Furtado procura demonstrar como se deu a ocupação econômica das terras brasileiras e como se organizou o setor exportador, eixo central de toda a economia colonial. Após desenvolver a forma como se deu a ocupação econômica do território, na qual empreende – nos capítulos V e VI - uma interessante análise comparada das possibilidades históricas de desenvolvimento entre a

⁹ Idem.

¹⁰ Ver: BIELSCHOWSKY, Ricardo. op. cit., p. 162.

economia brasileira e norte-americana, Furtado analisa mais detidamente as duas economias mais importantes do período colonial: a açucareira, desenvolvida no nordeste brasileiro e a mineradora, praticada numa área que se estende de Minas Gerais aos atuais Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Na compreensão dessas duas economias, Furtado se utiliza do esquema apresentado anteriormente, ou seja, procura demonstrar o setor exportador como o dinâmico e “o moderno”, complementado por um setor interno acessório, caracterizado por uma completa dependência em relação ao primeiro e, portanto, bem menos dinâmico e “arcaico”. É assim que no caso da economia açucareira, ele apresenta a economia da pecuária como componente secundário do que ele denomina de complexo econômico nordestino.

Baseado nesse esquema, Furtado começa a indicar as raízes de nosso subdesenvolvimento. Ao afirmar que, nosso passado colonial, a atividade econômica dominante é a dirigida aos mercados externos, ele afirma, também, que essa estrutura, ao ser herdada da colônia, determinou a nossa subordinação econômica na divisão internacional do trabalho, a partir da consolidação do mercado internacional, no século XIX. Interpreta, portanto, a nossa economia colonial como a construtora original da estrutura dual da economia nacional brasileira¹¹: o setor moderno e dinâmico como sendo o dirigido à exportação, convivendo com um setor interno dependente do exportador e com características tradicionais.

Podemos, dessa maneira, perceber que para Furtado a oposição moderno X arcaico remonta ao nosso passado colonial, convertendo-se em elemento fundamental de sua análise da economia brasileira. Furtado, portanto, localiza-se entre os autores que se utilizam dos chamados esquemas dualistas na compreensão da realidade brasileira, enquadrando-se na tipologia apresentada por Bóris Fausto (1997, p. 29/30):

[...] A teoria do dualismo das sociedades latino-americanas “em vias de desenvolvimento”, pela qual se procura apreender a estrutura básica dessas sociedades por intermédio de uma polaridade com sinais opostos. Rodolfo Steinhagen resumiu os principais traços da teoria, segundo o pólo negativo seria representado pela sociedade rural e arcaica, caracterizada pelas relações pessoais e de parentesco; pelas instituições tradicionais (co-parentesco ritual,

¹¹ Em Furtado a periodização histórica da economia latino-americana e brasileira baseia-se no binômio: economia colonial/economia nacional. A primeira fase do período da economia nacional é o período de crescimento para fora. Somente, após a década de 1930 é que a economia brasileira entra em uma fase de industrialização substitutiva de importações.

certos tipos de trabalho coletivo, certas formas de dominação política personalista e relações patrão-cliente); pela rígida estratificação de status social (isto é, o status individual é determinado pelo nascimento, com pouca probabilidade de mudança durante a vida); e por normas e valores que exaltam – ou pelo menos aceitam – o status quo e as formas tradicionais herdadas de vida social, as quais constituiriam um obstáculo ao pensamento economicamente “racional”. A “sociedade moderna”, por outro lado, seria constituída por um tipo de relações que os sociólogos denominam secundário, determinado por ações interpessoais motivadas por objetivos racionais e utilitários; por instituições funcionalmente orientadas; por estratificações sociais comparativamente flexíveis, em que o status é alcançado por meio do esforço pessoal e se expressa por índices quantitativos (como renda ou nível de educação e pela função social (como a ocupação). Na chamada “sociedade moderna” as normas e valores do povo tenderiam a se orientar no sentido da mudança, do progresso, da inovação e da racionalidade econômica (por exemplo, máximo lucro a custo mínimo).

O comentário a respeito da utilização dos esquemas dualistas na análise furtadiana da nossa história econômica, já se encontra bastante e conclusivamente desenvolvido¹².

O que se pretende, neste trabalho, é acrescentar uma pequena contribuição a esse comentário. Pretende-se demonstrar que o autor apresenta uma contraposição entre as possibilidades de desenvolvimento das duas formas de organização econômica experimentadas durante a colonização, que se encontram analisadas em seu livro. Ou seja, procuraremos argumentar que Celso Furtado apresenta a economia açucareira, como sendo a raiz histórica do setor arcaico da economia brasileira do século XX e a economia mineradora como um esboço de uma economia e sociedade modernas que, entretanto, não se concretizou devido à sua incapacidade em fixar, na própria região mineira, por meio de manufaturas, a enorme renda gerada. O não estabelecimento de manufaturas foi a causa da posterior regressão econômica dessa região a condições de subsistência.

Como indicamos, para Celso Furtado, o desenvolvimento do mercado interno é o fator primordial na possibilidade de se alcançar a construção de uma economia desenvolvida, que supere a dicotomia expressa na convivência da dualidade moderno x arcaico.

Foi, justamente, a existência da possibilidade de desenvolvimento do mercado interno o principal aspecto explicativo da diferença estabelecida por Celso Furtado entre as economias açucareira e mineradora. É evidente que, na obra em questão, Furtado

¹² Ver, por exemplo, BIELSCHOWSKY, Ricardo. op. cit., p. 162 a 169

analisa a economia do açúcar como uma economia que gerava uma sociedade rígida em sua estratificação e com poderes econômicos e políticos fortemente concentrados. Ao passo que ele observa a mineração, que veio depois, no século XVIII, como uma economia que possibilitou o desenvolvimento de uma nova sociedade na colônia. Uma sociedade que, além de atrair um grande número de emigrantes portugueses, fazendo decuplicar a população colonial ao longo do século XVIII, estabelecia, ainda, a possibilidade de ascensão jurídica e social dos escravos e a mobilidade social dos homens livres pobres.

Essa diferenciação, possível de ser observada em sua obra, aparece como resultado das maiores possibilidades oferecidas pela economia mineradora em desenvolver o mercado interno da colônia, em comparação com a economia e o complexo econômico açucareiro nordestino dos séculos XVI e XVII. Assim, a economia mineradora teve maiores possibilidades de irradiar benefícios econômicos ao longo do território colonial.

Para verificarmos tais questões debruçemo-nos sobre alguns detalhes da análise empreendida por Furtado a respeito das duas economias citadas, em seus processos de estruturação e desenvolvimento histórico.

A Economia Açucareira e o complexo econômico nordestino

A análise mais detida de Furtado sobre a economia açucareira e do complexo econômico nordestino, possibilitado pela mesma, aparece, em *Formação Econômica do Brasil*, em seus capítulos VIII a XII. Nesses capítulos, a economia do açúcar é analisada como uma economia, fortemente geradora de renda, que deu origem a uma “colônia excepcionalmente rica” (FURTADO, 2000, p. 47), com alta capacidade de capitalização, capaz de “autofinanciar uma duplicação de sua capacidade produtiva cada dois anos” (FURTADO, 2000, p. 48). E que chegou a “representar um mercado de dimensões relativamente grandes. Para usar uma expressão atual: era essa uma economia de elevadíssimo coeficiente de importações” (FURTADO, 2000, p. 65).

Contudo, pela necessidade de produzir em larga escala uma mercadoria que se destinava ao mercado externo, essa economia demandava uma estrutura produtiva razoavelmente complexa, com alta exigência de investimentos em capital fixo, além de

se organizar em unidades produtivas latifundiárias baseadas no trabalho escravo. Desta maneira, a economia açucareira, ao mesmo tempo em que implicou a formação de uma sociedade polarizada, com extrema concentração de renda e poder, acabou, praticamente, por não induzir à diversificação econômica e à formação de um mercado interno na colônia. Por isso, juntamente com a atividade que lhe serviu de suporte, na formação do complexo econômico nordestino - a pecuária - deu origem a uma economia e uma sociedade com fortes características tradicionais, “cujas características persistem até hoje” (FURTADO, 2000, p. 65). Tais aspectos explicam porque no interior da sociedade açucareira: “abaixo da classe reduzida de senhores de engenho ou grandes proprietários de terras, nenhum homem livre lograva alcançar uma verdadeira expressão social” (FURTADO, 2000, p. 79).

Isso ocorreu, como procuraremos argumentar, pelo fato do dinamismo da economia escravista açucareira depender, de forma quase exclusiva, da demanda externa. Vejamos como Furtado apresenta esta questão.

Embora o autor afirme em várias passagens a extrema especialização da unidade produtiva escravista açucareira, essa especialização somente atingia o seu pleno potencial em função do aumento da procura do açúcar no mercado europeu. Isto encontra-se evidente na seguinte passagem:

[...] A alta rentabilidade do negócio induzia à especialização, sendo perfeitamente explicável – do ponto de vista econômico – que os empresários açucareiros não quisessem desviar seus fatores de produção para atividades secundárias, pelo menos quando eram favoráveis as perspectivas do mercado de açúcar. A própria produção de alimentos para os escravos tornava-se antieconômica nessas épocas. A extrema especialização da economia açucareira constitui, na verdade, uma contraprova de sua elevada rentabilidade (FURTADO, 2000, p. 57).

Entretanto, apesar dessa possível especialização, as unidades produtivas escravistas não fomentavam um “fluxo de renda monetária” no interior da colônia. Isto deve-se ao fato de que, pela abundância de terras e pela complexidade do empreendimento, boa parte das demais atividades necessárias à produção da mercadoria de exportação – como, por exemplo, a produção de alimentos – puderam desenvolver-se no interior do próprio latifúndio, por meio de trabalhadores escravos. Mesmo aquelas que exigiam mão-de-obra especializada, e que no início sustentaram-se em trabalhadores assalariados, realizavam-se no interior dos engenhos e foram, com o tempo e mediante treinamento, sendo transferidas a escravos. Até mesmo as atividades

que incrementavam o ativo do proprietário – tais como construções de pontes ou estradas e aberturas de novas terras -, bem como atividades de cunho pessoal, podiam ser feitas por escravos, nos intervalos forçados da atividade principal.

Por isso, cada unidade produtiva encerrava-se em si mesmo, como unidades praticamente autônomas, vinculadas diretamente com o exterior. É dessa maneira que as atividades acessórias à produção do açúcar e as voltadas ao crescimento da atividade produtiva não criavam “um fluxo de renda monetária” (FURTADO, 2000, p. 53) no interior da colônia.

O consumo das classes proprietárias também não favorecia a criação de um fluxo de renda monetária, pois baseava-se, em sua grande maioria, na utilização da própria força de trabalho escravo ou em dispêndios feitos fora da colônia, seja na forma de aquisição de artigos de consumo ou de escravos.

É evidente que, para o autor, tal situação implicava na existência de um mercado interno de ínfimas proporções. Por isso, o dinamismo da economia açucareira encontrava-se completamente dependente da demanda externa, o que somente lhe permitia, em seus momentos de expansão, um crescimento extensivo, com a mera incorporação de novas terras à atividade exportadora, sem a possibilidade de uma alteração significativa da estrutura econômica: “não havia, portanto, nenhuma possibilidade de que o crescimento com base no impulso externo originasse um processo de desenvolvimento autopropulsionado” (FURTADO, 2000, p. 55).

Isso porque, embora o crescimento extensivo da economia açucareira possibilitasse o crescimento populacional, o mecanismo de funcionamento dessa economia, que praticamente obstava a formação de um fluxo de renda monetária na colônia, bloqueava “uma articulação direta entre os sistemas de produção e consumo, [que] anulava as vantagens desse crescimento demográfico como elemento dinâmico do desenvolvimento econômico” (FURTADO, 2000, p. 55).

Tal característica também se fazia presente nos momentos de crise da economia açucareira, reflexo da retração da procura externa. O enfraquecimento da demanda externa implicava em atrofiamento do setor monetário. Todavia, esse setor monetário, praticamente, se expressava apenas nos lucros da classe proprietária. Como os custos do empreendimento eram fixos – representados pela aquisição de escravos e pela importação de equipamentos -, a diminuição do lucro dos proprietários, expressão da

atrofia do setor monetário, significava a incapacidade da reposição da força de trabalho e dos equipamentos, o que, certamente, significaria a perda da capacidade produtiva. Mas, como, também, o empreendimento se baseava em latifúndios com forte capacidade de auto-abastecimento, a redução da capacidade produtiva seria um processo bastante lento. Assim, a atrofia do setor monetário, fruto das oscilações do mercado externo, estava longe de apresentar as “características catastróficas das crises econômicas” (FURTADO, 2000, p. 56) que poderiam implicar em alterações substantivas da estrutura econômica:

A unidade exportadora estava assim capacitada para preservar a sua estrutura. A economia açucareira do Nordeste brasileiro, com efeito, resistiu mais se três séculos às mais prolongadas depressões, logrando recuperar-se sempre que o permitiam as condições do mercado externo, sem sofrer nenhuma alteração estrutural significativa (FURTADO, 2000, p. 56).

Foi isso que ocorreu a partir da crise das últimas décadas do século XVII, com a emergência da concorrência antilhana no mercado do açúcar, que representou uma brutal redução da renda de até 75% (FURTADO, 2000, P. 16). O sistema açucareiro do Nordeste “entrou, em conseqüência, em uma letargia secular. Sua estrutura preservou-se, entretanto, intacta. Com efeito, ao surgirem novas condições favoráveis a começos do século XIX, voltaria a funcionar com plena vitalidade”(FURTADO, 2000, p. 56). No entanto, o preço a pagar por isso foi a regressão a formas econômicas próximas às de subsistência, na qual a divisão do trabalho e a sua produtividade recuam sensivelmente e a propriedade da terra ganha uma dimensão extraordinária.

Essa possibilidade de regressão esteve presente em toda a trajetória histórica da economia açucareira. Torna-se ainda mais clara se for analisada em conjunto com a trajetória da atividade criatória que lhe foi acessória e que conformou, em conjunto com a atividade açucareira, o que Furtado denominou de complexo econômico nordestino.

Ao tratar da pecuária, como “segundo sistema econômico e dependente da economia açucareira”, Furtado coloca-se uma questão: por que a economia açucareira do Nordeste não colaborou para o desenvolvimento da colonização de povoamento localizada no sudeste brasileiro, na capitania de São Vicente, do mesmo modo que a economia açucareira antilhana, favoreceu o desenvolvimento da colonização de povoamento do norte dos atuais EUA? A resposta dada foi, mais uma vez, a abundância de terras. Foi essa abundância de terras que permitiu que a pecuária se desenvolvesse nas proximidades da região açucareira e, portanto, não irradiasse benefícios econômicos

numa extensão territorial maior, integrando outras regiões e atuando como fator dinamizador das mesmas. “Ao contrário do que ocorreu com as Antilhas, era relativamente pequena a porção de mercado da economia açucareira que podiam ter acesso outros produtores coloniais” (FURTADO, 2000, p. 59).

Dessa maneira, embora as necessidades de carne - que fazia parte do consumo dos escravos -, de lenha e de animais de tiro – que se constituíam nas principais fontes de energia dos engenhos - tenham gerado o surgimento da atividade criatória como atividade separada, essa atividade econômica dependente pôde localizar-se na própria região nordestina, na direção do seu interior.

Como atividade dependente, a pecuária era completamente induzida pela economia açucareira e, devido às características dos pastos do interior nordestino, assumiu, desde cedo, um caráter extensivo em sua penetração ao interior. A dependência da pecuária e o seu caráter extensivo explicam a inexistência de qualquer preocupação com a melhora do seu rendimento e de sua produtividade. Isso explica, também, a pequena parcela de renda disponível entre aqueles que nela se empregaram, fato que se agravava quanto mais a atividade criatória se distanciava em direção ao interior.

Devido às suas características, a pecuária, como atividade dependente do núcleo açucareiro, não representava, nem mesmo potencialmente, uma possibilidade de desenvolvimento de um fluxo de renda monetário e, portanto, de um mercado interno de largas proporções. Furtado deixa isto bastante claro quando afirma:

Ao contrário do que ocorria com a economia açucareira, a criatória – não obstante nesta não predominasse o trabalho escravo – representava um mercado de ínfimas dimensões. A razão disto está em que a produtividade média da economia dependente era muitas vezes menor do que a da economia principal, sendo muito inferior o seu grau de especialização e comercialização. Observada a economia criatória em conjunto, sua principal atividade deveria ser aquela ligada à própria subsistência. [...] sendo fonte quase única de alimentos e de uma matéria-prima (o couro) que se utilizava para tudo.

Assim, justamente por não possibilitar a formação de um mercado interno de razoáveis proporções, o conjunto econômico, formado pela economia principal - a açucareira - e a dependente - a pecuária -, não conseguiu internalizar um dinamismo próprio. Entrou, em finais do século XVII, em franco processo de contração econômica, ao diminuírem, em virtude da crise de demanda do açúcar, os estímulos externos que

lhes davam dinamismo e que explicavam a própria razão de sua existência. A renda interna diminuiu sensivelmente, uma vez que a produção açucareira declinou, arrastando consigo a atividade criatória.

Entretanto, como já foi dito, a estagnação da produção açucareira não provocou uma crise catastrófica no curto prazo e nem a necessidade de deslocamentos da população excedente para regiões externas ao complexo econômico nordestino. Esse complexo estava apto a permanecer funcionando mesmo com uma brutal redução de sua rentabilidade. O que passou ocorrer em sua secular estagnação econômica, até meados do século XIX, foi uma regressão a formas de organização econômica muito próximas às de uma economia de subsistência.

Não havendo ocupação adequada na região açucareira para todo o incremento de sua população livre, parte desta era atraída pela fronteira móvel do interior criatório. Dessa forma, quanto menos favoráveis fossem as condições da economia açucareira, maior seria a tendência imigratória para o interior. As possibilidades da pecuária para receber novos contingentes de população – quando existem abundância de terras – são sabidamente grandes, pois a oferta de alimentos é, nesse tipo de economia, muito elástica a curto prazo. Contudo, como a rentabilidade da economia pecuária dependia em grande medida da rentabilidade da própria economia açucareira, ao transferir-se população esta para aquela nas etapas de depressão, se intensificava a conversão da pecuária em economia de subsistência.

O desenvolvimento histórico da economia nordestina, a partir do final do século XVII, foi a história de uma involução econômica provocada pela perda do dinamismo externo. Houve a perda da importância do setor de maior produtividade e o simultâneo crescimento populacional e extensivo do setor dependente, o pecuário, apenas indicava a perda, também, de sua própria produtividade: “Na verdade, a (sua) expansão apenas refletia o crescimento do setor de subsistência, dentro do qual se ia acumulando uma fração crescente da população” (FURTADO, 2000, p. 66).

Ora, é sabido que o crescimento do setor de subsistência implica na valorização dos elementos que são normalmente utilizados para se caracterizar uma economia e uma sociedade de tipo tradicional. Uma maior retração da circulação monetária, que já era bastante reduzida, e a ampliação da importância da posse da terra, como fator definidor da riqueza e do poder político, permitiram a amplificação de comportamentos favoráveis à rigidez na estratificação social, à estruturação de políticas de favor e compadrio e à formação de clientelas. Em suma à “desaparição das formas mais

complexas de convivência social, substituição da lei geral pela norma local etc.”(FURTADO, 2000, p. 71).

Foi isto o que ocorreu com a economia açucareira nordestina e seu complexo econômico, a partir de sua crise em finais do século XVII. Daí a afirmação que:

Dessa forma, de sistema econômico de alta produtividade a meados do século XVII, o Nordeste se foi transformando progressivamente numa economia em que grande parte da população produzia apenas o necessário para subsistir. A dispersão de parte da população, num sistema de pecuária extensiva, provocou uma involução nas formas de divisão do trabalho e especialização, acarretando um retrocesso mesmo nas técnicas artesanais de produção. A formação da população nordestina e a de sua precária economia de subsistência – elemento básico do problema econômico brasileiro em épocas posteriores – estão assim ligadas a esse lento processo de decadência da grande empresa açucareira que possivelmente foi, em sua melhor época, o negócio colonial-agrícola mais rentável de todos os tempos. (FURTADO, 2000, p. 66)

Assim, com a caracterização da estrutura e da dinâmica do complexo econômico nordestino, Furtado claramente projeta para o conjunto da economia nordestina dos séculos XVI e XVII, o princípio teórico dual-estruturalista que emprega para analisar as realidades econômicas latino-americanas e sua participação subordinada na divisão internacional do trabalho, no século XX. O setor principal, o açucareiro, por ter sua dinâmica completamente subordinada pela demanda externa foi incapaz de gerar um desenvolvimento interno de autopropulsão no interior da colônia e por isso, somente articulou-se com um setor dependente, a pecuária, que apresentava um caráter fortemente extensivo, com baixa produtividade e próximo às formas econômicas de subsistência. Esse complexo cresceu em extensão, enquanto o crescimento da demanda externa assim permitia. Entrou em secular letargia quando os estímulos externos deixaram de existir. Por não ter gerado um mercado interno de razoáveis dimensões, não conseguiu fixar internamente a significativa renda produzida; não possibilitou uma diversificação econômica e, enfim, o seu próprio desenvolvimento. A sua dinâmica econômica, totalmente subordinada aos mercados externos, é a razão histórica do atraso econômico nordestino.

Situação semelhante, ou seja, a de não permitir a fixação interna da renda gerada pela produção de uma mercadoria de exportação e, por isso, não permitir um salto para um desenvolvimento sustentado, ocorrerá, também, na economia mineradora do século XVIII. Mas, nesse caso, as razões serão totalmente diversas, pois, segundo Furtado, a

economia mineradora, ao contrário da açucareira, permitiu surgimento de um esboço de sociedade moderna na colônia, que, contudo, não se realizou definitivamente. Para entender o motivo da não realização dessa sociedade moderna, vamos observar como Furtado analisa a economia mineradora.

A Economia Mineradora

A economia mineradora é analisada por Celso Furtado nos caps. XIII a XV de seu livro. Ao contrário da economia açucareira, a mineradora aparece como uma economia com grande capacidade de indução à formação de um mercado interno na colônia, fato que já se evidencia no próprio título do capítulo XIII, “Integração e povoamento das regiões meridionais”.

Essa capacidade de impulsionar a formação de um mercado interno é bastante importante na caracterização da economia mineradora, a tal ponto que, para Furtado, a mesma possibilitou o surgimento de um novo tipo de sociedade na colônia. Esse aspecto é, inclusive, amplamente ressaltado por vários comentaristas da obra e do autor em questão, como podemos observar em Jacob Gorender: “...devo ter em vista a concepção de que a mineração haja suscitado um novo tipo de sociedade na historia colonial no Brasil. Procuraremos fixar os aspectos principais desta tese, através de seus propugnadores mais expressivos. Eis, por exemplo, o que lemos em Celso Furtado” (GORENDER, 1991, p. 443).

Vejamos, então, por que a economia mineradora, na visão de Furtado, aparece como a criadora de uma nova sociedade na colônia. Uma sociedade que, como veremos, se apresentou como um esboço de sociedade moderna que não conseguiu se concretizar definitivamente. Por isso, a sua crise, em finais do século XVIII, deu origem a uma regressão econômica que resultou na ampliação das áreas de economia de subsistência.

A emergência da mineração como principal atividade econômica no transcurso dos três primeiros quartéis do século XVII é vista, inicialmente, como um retrocesso: “retrocedia-se, assim, à idéia primitiva de que as terras americanas só se justificavam economicamente se chegassem a produzir ditos metais” (FURTADO, 2000, p. 77). Entretanto, apesar desse retrocesso, inicial, a mineração desenvolveu-se com enorme rapidez, assumindo características que “pela natureza mesma da empresa

mineira não permitia uma ligação à terra do tipo da que prevalecia nas regiões açucareiras” (FURTADO, 2000, p. 79).

A incerteza da vida de uma lavra diminuía a exigência de capital fixo. A empresa, por isso, tinha facilidade para deslocar-se rapidamente e, devido à alta lucratividade do negócio, concentrava na própria mineração todos os recursos disponíveis. Assim, a incerteza e a mobilidade, em conjunto com a lucratividade e especialização, fazia com que a mineração vivesse, principalmente em seus momentos iniciais, com grandes dificuldades de abastecimento.

A economia mineradora, portanto, necessitou de um abastecimento diversificado que vai provocar a necessidade de sua integração com diferentes regiões, numa grande extensão territorial. A pecuária sulina, por exemplo, vai ganhar um grande impulso e a nordestina, um novo e florescente mercado.

As necessidades de transporte para o encaminhamento do ouro ao porto e para o abastecimento alimentar da região das minas, já que a atividade extrativa localizava-se em regiões montanhosas do interior, também favoreceu a formação de um interessante mercado para animais de carga, cuja região criatória encontrava-se instalada na região sul.

Assim, procura de gado, tanto para corte quanto de muares para transporte, formou “um mercado de proporções superiores ao que havia proporcionado a economia açucareira em sua etapa de máxima prosperidade” (FURTADO, 2000, p. 80). Serviu, ainda, para estimular as regiões em que se estabeleciam as feiras de gado, para onde se dirigiam pessoas das mais variadas localidades.

Não é difícil perceber, portanto, que na análise de Furtado, a economia mineradora provocou o surgimento de um mercado interno na colônia, o que, por sua vez, possibilitou a existência de uma economia muito mais monetizada, em comparação com a economia do açúcar.

A existência de um mercado interno mais amplo levou a uma maior urbanização, o que, associada ao caráter monetário da economia, propiciou, sem dúvida, na visão de Furtado, a formação de uma sociedade marcada por um grau de impessoalidade muito maior do que o existente na sociedade açucareira. Uma sociedade na qual a iniciativa e o mérito individuais sobrepujaram os laços de parentesco e as relações de clientela na definição dos posicionamentos sociais.

É neste sentido que se pode afirmar que, para Celso Furtado, a economia mineradora permitiu a emergência de uma nova sociedade na colônia, cujas características aproximaram-se daquilo que se considera uma sociedade moderna.

Tais aspectos aparecem claramente no início do capítulo XIII, quando afirma que a mineração, ao não exigir altas inversões em capital fixo, pois se baseava fundamentalmente na extração de aluvião¹³, atraiu um contingente populacional extraordinariamente numeroso¹⁴, vindo de outras partes da colônia e até mesmo de Portugal.

Outro aspecto importante na caracterização dessa nova sociedade diz respeito à condição dos escravos. Segundo Furtado, por circularem em um meio social mais complexo, os escravos tinham possibilidades de desenvolver maior iniciativa e de alcançar ascensão jurídica e social: “chegam mesmo trabalhar por conta própria, comprometendo-se a pagar periodicamente uma quantia fixa a seu dono, o que lhes abre a possibilidade de comprar a própria liberdade. Esta simples possibilidade deveria constituir um fator altamente favorável ao seu desenvolvimento mental” (FURTADO, 2000, p. 79).

Essa possível mobilidade social também se relacionava ao universo do homem livre, uma vez que a economia mineira lhe abria possibilidades muito maiores, se comparada com a economia do açúcar. Se tivesse escravos poderia utilizá-los na organização de uma grande lavra, se esses escravos reduzissem-se ao mínimo, poderia organizar uma lavra menor. Por último, se só dispusesse de sua força de trabalho, poderia trabalhar por conta própria, como fiscador, e “se lhe favorecia a sorte, em pouco tempo ascenderia à posição de empresário” (FURTADO, 2000, p. 79).

Assim, podemos observar que a sociedade mineira aparece na análise de Furtado como uma nova sociedade na colônia. Com características que até podem ser consideradas democráticas, uma vez que a estrutura social passou a ser permeada por uma certa mobilidade e a posição social do indivíduo poderia ser definida pelo seu

¹³ Tipo de mineração em se procura retirar o metal depositado no fundo dos rios e que se pode realizar, muitas vezes, individualmente ou com número reduzido de escravos. Mais simples, portanto, que a extração em grandes minas e em encostas, que demandam um contingente muito superior de mão-de-obra.

¹⁴ Segundo Furtado, a mineração foi o principal fator para a decuplicação da populacional no século XVIII. Podemos, ainda, considerar tal fato como um argumento a mais para caracterizar a sociedade mineira como uma sociedade de tipo moderno, uma vez que as regiões de economia moderna tendem a atrair população de regiões atrasadas ou estagnadas.

mérito e iniciativa. Tratou-se, portanto, de uma sociedade que, ao contrário daquela gerada pela economia açucareira, estimulou a racionalidade econômica.

Ora, a explicação para o surgimento dessa nova sociedade na colônia encontra-se, justamente, no fato de a economia mineradora ter possibilitado a construção de um mercado interno na colônia. Mercado, esse, que se favoreceu da capacidade de irradiação de benefícios econômicos numa extensa área; da existência de uma renda pouco concentrada; da urbanização e da distância dos portos que tornava mais caras as mercadorias importadas. Essa economia, portanto, criou um dinamismo interno nunca anteriormente encontrado e gerou, assim, as condições para se alcançar uma maior diversificação e um maior fluxo monetário, fatores estimulantes da racionalidade econômica e da impessoalidade.

Entretanto, a sociedade e a economia mineiras não aproveitaram esse potencial de desenvolvimento possibilitado pela construção de um esboço de sociedade moderna, a partir do dinamismo impulsionado pelo surgimento de um significativo mercado interno na colônia, de tal forma que:

Não se havendo criado nas regiões mineiras formas permanentes de atividades econômicas – à exceção de alguma agricultura de subsistência – era natural que, com o declínio da produção de ouro, viesse uma rápida e geral decadência. Na medida em que se reduzia a produção, as maiores empresas se iam descapitalizando e desagregando[...]. Todo o sistema se ia assim atrofiando, perdendo vitalidade, para finalmente desagregar-se numa economia de subsistência. (FURTADO, 2000, p. 89).

A questão que, então, se coloca é: por que não se criaram atividades econômicas permanentes que permitissem o aproveitamento do potencial de desenvolvimento possibilitado pela economia mineradora? A resposta está no fato de que a economia mineradora não conseguiu fixar nela mesma, por meio do estabelecimento de manufaturas, a imensa riqueza gerada.

E por que a economia mineira não conseguiu dar origem a uma atividade manufatureira a partir do seu próprio mercado e, com isso, garantir um desenvolvimento econômico endogenamente propulsionado? Segundo Furtado, a resposta a essa questão não se encontra no fato de a economia mineradora ter, em seu início, absorvido todos os recursos disponíveis e nem nas proibições ao estabelecimento de manufaturas na colônia, mas, fundamentalmente, num aspecto que relaciona a colônia aos problemas econômicos enfrentados por Portugal, no século XVIII, ou seja: “a causa principal foi a

incapacidade técnica dos imigrantes para iniciar atividades manufatureiras numa escala ponderável”.(FURTADO, 2000, p. 84).

Essa incapacidade técnica, dos imigrantes portugueses, em devolverem atividades manufatureiras é um dos resultados do tratado de Methuen, estabelecido em 1703 entre Portugal e Inglaterra. Nesse tratado, a Inglaterra “concede aos vinhos portugueses, no mercado inglês, uma redução de um terço do imposto pago pelos vinhos franceses. Em contrapartida, Portugal retirava o embargo às importações de tecidos ingleses”. (FURTADO, 2000, p. 86). Com isso, além dos constantes déficits comerciais de Portugal em relação à Inglaterra, o acordo de 1703, ao retirar a proteção das nascentes manufaturas portuguesas, jogou por terra todo o esforço de desenvolvimento manufatureiro empreendido por Portugal desde meados do século XVII. Não houve, portanto, em Portugal um acúmulo de técnicas manufatureiras que pudessem ser transferidas para o Brasil. Se as técnicas manufatureiras existissem em Portugal, elas seriam fatalmente transferidas ao Brasil, devido ao grande dinamismo econômico existente, apesar de todas as disposições legais em contrário.

A assinatura do tratado de Methuen, logo no início do século XVIII, só pode ser explicada pela vitória política dos grupos produtores de vinho e, portanto, dos proprietários de terras, em detrimento de uma nascente burguesia manufatureira em Portugal. Essa vitória representou a subordinação econômica de Portugal no comércio internacional com a Inglaterra. Portugal tornou-se, dessa forma, uma nação cuja economia passou a ser dinamizada externamente pela exportação de produtos primários e importadora de manufaturados. Neste intercâmbio, a economia portuguesa passou a sofrer uma espécie de “deterioração nos seus termos de intercâmbio”, com o seu excedente econômico sendo apropriado pela nação especializada em abastecê-la de produtos manufaturados, no caso a Inglaterra.

Isso explica por que o ouro brasileiro não teve a mesma capacidade de gerar um multiplicador de atividades econômicas na metrópole, na mesma intensidade que gerou na colônia. Portugal, por meio do fim do protecionismo à sua nascente manufatura, tornou-se “numa dependência agrícola da Inglaterra” (FURTADO, 2000, p. 87) e utilizou o ouro brasileiro para saldar os déficits de sua balança comercial. A subordinação econômica de Portugal à Inglaterra acabou por transformar o “Império

Colonial Português” numa subdivisão do “Império Colonial Inglês” e permitiu a este último colher os efeitos positivos do ouro brasileiro.

A renda gerada pela economia mineradora fluiu, dessa forma, para a Inglaterra. E esta nação, que já havia acelerado o processo de formação do proletariado e desenvolvido técnicas manufatureiras, pôde aproveitar a renda gerada pelo ouro brasileiro para financiar, e finalizar, o processo que ficou conhecido como Revolução Industrial. Esse processo será aquele que consolidará uma nova divisão internacional do trabalho, numa escala planetária, a partir do século XIX.

Retornando à resposta da questão inicial, a do porque do não estabelecimento de manufaturas na colônia a partir de todo o potencial gerado pela economia mineradora - e que nos levou a essa incursão na situação econômica de Portugal no século XVIII e de sua relação comercial com a Inglaterra -, podemos, então, perceber que, para Furtado, a explicação encontra-se numa razão de caráter mais global: a transformação de Portugal numa economia e sociedade tradicionais, que o conduziu a uma situação de estagnação.

Ao se subordinar a uma relação de exportadora de produtos primários e importadora de manufaturados, a economia portuguesa passou a ser dinamizada externamente e a perder a possibilidade, portanto, de encontrar estímulos internos ao seu desenvolvimento. A economia mineradora da colônia configurou-se, neste sentido, apenas como uma economia acessória que permitia a manutenção da economia exportadora do vinho, que se realizava na sede do sistema colonial português:

É mais ou menos evidente que Portugal não podia pagar com vinhos os tecidos que consumia, carecendo o acordo de Methuen de base real para sobreviver. Ocorre, entretanto, que o ouro do Brasil começou a afluir exatamente quando entra em vigor o referido acordo. [...] Criaram-se assim de imprevisto, as condições requeridas para que o acordo funcionasse, permitindo-se-lhe operar como mecanismo de redução do efeito multiplicador do ouro sobre o nível da atividade econômica em Portugal. (FURTADO, 2000, p.86).

Se assim foi no centro do sistema colonial português, seus efeitos acabaram por se refletir na própria colônia. O não estabelecimento de manufaturas, que permitiria fixar o grande potencial de desenvolvimento gerado na região mineira, implicou que, a partir da crise de produção do ouro em finais do século XVIII, ocorresse uma forte regressão econômica:

[...] uns poucos decênios [fossem] suficientes para que se desarticulasse toda a economia da mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se grande parte de seus elementos numa economia de subsistência, espalhados por uma vasta região em que eram difíceis as comunidades e isolando-se os

pequenos grupos um dos outros. [...] Dessa forma, uma região de alta produtividade, e em que a mão de obra fora um fator extremamente escasso, involuiu numa massa de população totalmente desarticulada, trabalhando com baixíssima produtividade numa agricultura de subsistência. Em nenhuma parte do continente americano houve um caso de involução econômica tão rápida e tão completa de um sistema econômico constituído por população principalmente de origem europeia. (FURTADO, 2000, p. 90).

Dessa maneira, a história da economia mineradora também foi, para Furtado, a história da regressão de uma economia de alta produtividade a condições econômicas de subsistência, após a crise do seu setor dinâmico. Porém, ao contrário da economia açucareira, a mineradora chegou a dar origem a um esboço de sociedade moderna, que esteve baseada numa forte capacidade de construção de um mercado interno. Esta sociedade, contudo, não conseguiu se concretizar definitivamente, por não ter conseguido desdobrar suas potencialidades no estabelecimento de manufaturas. O estabelecimento de manufaturas seria o elemento que permitiria a essa economia a continuidade do desenvolvimento a partir de estímulos internos.

Considerações Finais

A partir do detalhamento da análise feita por Furtado a respeito de duas economias do período colonial, a açucareira e a mineradora, pudemos observar que, para o referido autor, ambas regridem, após momentos de alta rentabilidade e produtividade, a condições econômicas de subsistência. Tal regressão explicita a perda do dinamismo externo que as impulsionavam e o fato de não terem conseguido se desdobrar em atividades internas que garantissem um desenvolvimento autopropulsionado.

Entretanto, também é patente que, para o autor em questão, essas duas economias apresentaram potencialidades totalmente diferentes no que se relaciona à indução do desenvolvimento econômico. A economia açucareira desde cedo revelou-se incapaz de conduzir um desenvolvimento interno da colônia, dando origem a uma sociedade na qual a renda era extremamente concentrada e a estratificação social bastante rígida, ao passo que a economia mineradora apresentou uma maior capacidade de diversificação das atividades econômicas, possibilitando, por um breve tempo, a construção de um novo tipo de sociedade, cuja tônica consistia numa maior distribuição da renda e numa maior mobilidade social.

No nosso entendimento, a explicação para essas diferentes possibilidades de indução ao desenvolvimento interno na colônia encontra-se no fato de que as duas economias tiveram capacidades também muito diferentes em gerar efeitos multiplicadores que desenvolvessem o mercado interno. A incapacidade do complexo açucareiro nordestino em criar um mercado interno de significativas proporções encontra-se no caráter latifundiário e escravista de sua economia principal e, portanto, em sua dependência, quase absoluta, da demanda externa como fator dinamizador.

A maior capacidade da economia mineradora de gerar um mercado interno abriu algumas perspectivas de desenvolvimento que não se realizaram pela ausência de técnicas manufatureiras nos imigrantes portugueses, que foram atraídos pela mineração. Tal fato correu por que Portugal, ao não proteger as suas nascentes manufaturas têxteis, transformou-se em uma economia primário-exportadora e periférica em relação à Inglaterra. Desta maneira, o caráter exportador da economia portuguesa, ao impedir uma maior diversificação de sua economia, transferiu-se à colônia e obstou o aproveitamento de suas potencialidades.

Assim, percebemos que a análise histórica elaborada por Furtado permite o esclarecimento dos fatores estruturais, que para ele, devem ser atacados pela política econômica de uma nação que pretende alcançar o desenvolvimento.

A partir de sua análise histórica das duas principais experiências econômicas coloniais, fica claro que, para o autor, o caráter primário-exportador de uma economia e sua inserção subordinada na divisão internacional do trabalho são os principais fatores de explicação para o subdesenvolvimento. O desenvolvimento econômico está, portanto, relacionado à capacidade de uma nação em construir um verdadeiro mercado interno de características nacionais e à sua capacidade de industrialização. Questões, estas, que para serem alcançadas necessitam do combate ao latifúndio e ao poder personificado dos grandes proprietários de terra; da distribuição de renda e da proteção às indústrias nacionais nascentes. Em suma, de atividades, que em nações subdesenvolvidas, reclamam uma efetiva participação do Estado. Participação que deve ser racionalmente conduzida, por meio do planejamento econômico.

Referências bibliográficas

BIELSCHOWSKY, RICARDO. *O pensamento econômico brasileiro: 1930 – 1964*. 3 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FAUSTO, Bóris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. 16 ed. rev. e amp. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2000.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1991.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1984,

OLIVEIRA, Francisco. *Celso Furtado*. Coleção Grandes Cientistas Sociais, no. 33. São Paulo: Ática, 1983.